

-----**ATA N.º 20/2012**-----

-----Aos 19 dias do mês de setembro de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltaram a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro e o Senhor Vereador João Manuel Duarte. -----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor Vice-Presidente informou que o Senhor Presidente da Câmara se encontrava em representação do Município, o que o impossibilitou de estar presente nesta reunião, tendo a Câmara considerado a falta justificada. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** reiterou o pedido feito na última reunião de executivo, nomeadamente, o facto de ter verificado que

estavam a trabalhar nas obras da Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, funcionários e viaturas da autarquia. Tendo questionado o Senhor Vereador António Silva sobre o assunto, foi-lhe comunicado que existia uma deliberação de Câmara do anterior mandato que formalizava esta situação, tendo solicitado novamente, cópia dessa deliberação. -----

-----Relativamente ao Festival “Andanças”, disse que sendo a câmara municipal uma das organizadoras do evento deveria apresentar um relatório de apuramento do referido evento, bem como, dos respetivos custos e receitas. -----

-----No que concerne aos assuntos agendados para esta reunião, bem como, aos que irão ser incluídos, disse que se iria abster, uma vez que são assuntos de extrema importância e não teve tempo de os analisar. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou à secção de atas que entregue ao Senhor Vereador Victor Santos, cópia da ata, onde consta a atribuição do subsídio à referida Associação. Esclareceu que a viatura que se encontrava no local, estava a trabalhar na pista de pesca da Ratoeira, e não na Associação, transportando pedra para reparação do açude, uma vez que este trabalho não fazia parte da empreitada, que foi objeto de contratação pública. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento da constituição da Associação Clube de Parapente de Linhares da Beira, cujos sócios fundadores são a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Junta de Freguesia de Linhares da Beira, tendo como objetivo dinamizar a prática de parapente, bem como, caminhadas, BTT, entre outras. Disse que irá ser feito um protocolo com o Clube de Montanhismo, para a prática de atividades em Linhares da Beira. -----

-----Sobre as Piscinas Municipais deu conhecimento de que foi contactada uma empresa, para a possibilidade de reativar as mesmas, com

outro tipo de combustível, estando neste momento analisar propostas para redução de custos. Pensa que estarão em condições de reabrir durante o mês de outubro. Deu conhecimento da realização de uma reunião com a Senhora Diretora da DREC, na qual solicitaram apoio, tendo em conta o número de alunos que frequentam as piscinas e o gimnodesportivo, referindo também a necessidade de revisão dos protocolos existentes. Deu conhecimento de que a Senhora Diretora da DREC manteve a proposta de 7€/h, para as piscinas, sendo que, apenas teriam direito a outro tipo de participação as turmas de Desporto (que não existe no Agrupamento de Celorico da Beira). Sobre o gimnodesportivo foi também dado conhecimento à Senhora Diretora de que a autarquia apenas recebe uma receita mensal de 780,62€. Foi-lhes comunicado pela Senhora Diretora da DREC, de que iria aferir junto de outros Ministérios um possível apoio, situação que a autarquia também já havia diligenciado, mas sem qualquer resposta. -----

-----Disse que o gimnodesportivo foi objeto de requalificação por parte da autarquia, caso contrário e com as piscinas encerradas os alunos não teriam onde realizar prática desportiva durante os meses de inverno. -----

-----Ainda sobre as piscinas municipais, disse que iria trazer a reunião os horários a praticar e em conjunto analisarem a melhor forma de rentabilizar este equipamento. -----

ASSUNTOS NÃO AGENDADOS-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com um voto contra, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**EMCEL – Relatório e Contas do 1.º Semestre;**-----

-----**Reconhecimento de Interesse de Investimento Relevante para a Região:**-----

-----**Nome: Vale da Prata-Agroturismo, Lda.;**-----

-----**Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil;**-----

-----**Acordo de Divulgação e Recomendação Mútua entre a CP e o Município de Celorico da Beira;**-----

-----**Venda de Produtos e Serviços CP Assegurados pela Empresa Municipal Celoricense – Memorando;**-----

-----**Pedido de convocação extraordinária da Assembleia Municipal.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA**-----

-----**ASSUNTO: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA - PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Foi presente informação, com o registo interno n.º 2895, datada de 6/9/2012, relativamente ao assunto em epígrafe, referindo que entrou em vigor em 31 de maio, a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e que o prazo de pronúncia das Assembleias Municipais termina no dia 15 de outubro. Mais informa que estabelece o n.º 2, do art.º 11.º, que: “Sempre que a câmara municipal não exerça a iniciativa para a deliberação prevista no n.º 1, do artigo citado, deve apresentar à assembleia municipal um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo município.”-----

-----Além da deliberação ou parecer do órgão executivo deverão ser remetidos à Assembleia Municipal os pareceres emitidos pelas Assembleias de Freguesia que foram solicitados através de ofícios.-----

-----Nesta sequência, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** apresentou uma proposta que de seguida se transcreve:-----

-----“A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio vem, no seu artigo 11.º, estabelecer a obrigatoriedade de que a Câmara Municipal exerça a iniciativa de deliberar ou apresentar à Assembleia Municipal, parecer sobre a reorganização das Freguesias do respetivo Município.-----

-----Considerando que num Concelho como o de Celorico da Beira a extinção/agregação de Freguesias é o acelerar do processo de desertificação e abandono do território, assim como a contribuição para a perda da auto estima e memória coletiva que vem mantendo ligados à terra de origem sucessivas gerações de novos conterrâneos; -----

-----Atendendo que os critérios para a agregação de Freguesias não são os adequados e não diferenciam as especificidades das áreas rurais; -----

-----Atendendo que estas medidas se traduzem num acréscimo de custos para a população face à dispersão do território e às distâncias que terão que percorrer para a resolução de problemas do dia-a-dia; -----

-----Considerando que, na maioria dos casos, a diminuição do número de Freguesias não representa qualquer benefício ou melhoria, no que concerne à gestão territorial, antes crescendo os prejuízos nos serviços prestados à comunidade caracteristicamente marcados pela proximidade e práticas de boa vizinhança; -----

-----Considerando que uma grande parte das assembleias de Freguesia do nosso Concelho se pronunciaram negativamente sobre este assunto, emitindo uma posição pública contra esta reforma administrativa; -----

-----Atendendo a que esta medida prejudica fortemente a coesão territorial e social; -----

-----Considerando que o concelho de Celorico da Beira deve defender a todo o custo a sua identidade, a sua memória, a sua cultura, herança de sucessivas gerações, um património coletivo inalienável; -----

-----Atendendo a que não podemos concordar com uma Lei vazia de espírito em que a sua pretensão economicista nunca será cumprida e que, à custa disso irá destruir toda a identidade cultural criada durante séculos e hipotecar a proximidade e um modelo de organização político administrativa que funciona; -----

-----Perante os efeitos negativos que esta Lei traz ao nosso Concelho propomos não apresentar qualquer deliberação mas apenas o nosso parecer negativo acerca da mesma.” -----

-----**Nos termos da Lei, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir parecer negativo relativamente à Reorganização Administrativa do Território.** -----

-----**Mais deliberou submeter este assunto à Assembleia Municipal.** --

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Sobre este assunto, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** considera que as Assembleias de Freguesia devem ser decisoras. Enquanto autarca, não constava do seu programa eleitoral a extinção de freguesias, sendo que, os eleitores quando votaram sufragaram um programa, não lhe cabendo tomar essa decisão. -----

-----Disse que há freguesias que são consideradas como urbanas e outras com as mesmas condições, são consideradas rurais. Estas decisões são tomadas tendo como base os censos, com um total desconhecimento da realidade, deu como exemplo a freguesia do Cadafaz, cujo Presidente diz ter mais de 150 habitantes, mas, os censos revelam apenas 140, porque não contabilizam os migrantes. Nos grandes centros urbanos não existem os constrangimentos que existem no Interior e uma freguesia com 150 habitantes no concelho de Celorico da Beira, é necessária. Na sua opinião, deixando de existir um Presidente de Junta, alguém terá de assegurar todos os serviços, uma vez que são estes que auxiliam as pessoas da sua freguesia, considerando que os valores, as tradições e identidade serão destruídos. -----

-----Disse que quem produz estas Leis deveria ter em consideração um conjunto de condicionalismos, como as portagens e o encerramento do SAP, sendo que, estas alterações, irão prejudicar gravemente as freguesias do Concelho. -----

-----**ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR COMUM INSTAURADO AO FUNCIONÁRIO - ANTÓNIO GONÇALVES PINTO DA SILVA** -----

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos de Humanos, datada de 13/9/2012, com o registo interno n.º 2958, remetendo o relatório final do processo disciplinar comum, instaurado ao trabalhador António Gonçalves Pinto da Silva, nos termos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, nos termos do n.º 1, do art.º 48.º, do Estatuto Disciplinar concordar com o arquivamento do processo, nos termos do relatório final.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que foi parte integrante deste processo, no entanto, depois de ouvir todas as testemunhas, votou a favor do seu arquivamento. -----

-----**ASSUNTO: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2012** -----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2012, que se anexa a esta ata (**anexo I**). -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2012 apresentada, prende-se essencialmente, com a necessidade urgente de se antecipar para 2012 a despesa de capital com cinco caminhos agrícolas que se previa realizar apenas em 2013. Esta situação deve-se às exigências da candidatura, e por forma a não se perder o financiamento das obras, dever-se-á cabimentar ainda em 2012 o montante previsto inicialmente para 2013. -----

-----Disse que existe também a necessidade de registar dívida corrente relativa a serviços prestados pela EMCEL, que não foram previstos na elaboração do orçamento para 2012, visto a faturação ter sido emitida apenas no final do ano de 2011. Disse que em termos de despesa corrente, em 2012 houve um aumento na faturação dos serviços de

saneamento pela empresa AdZC, pelo que, se reforçou a respetiva rubrica da despesa. -----

-----Presente nesta reunião o Técnico José Tavares, disse que para além do que já foi referido pelo Senhor Vereador, foram efetuados diversos reforços noutras rubricas da despesa. Muitos destes reforços prendem-se com o facto de ter transitado para 2012 alguma dívida que se esperava ter pago ainda em 2011, o que causa uma diminuição nas dotações disponíveis para a despesa de 2012. Tendo em conta que o orçamento para este ano estava muito limitado em termos de folga orçamental, nomeadamente no que diz respeito às despesas de capital, é necessária uma revisão orçamental, uma vez que se irá aumentar o valor global do orçamento, dado não ser possível reduzir noutras despesas. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2012. Mais deliberou nos termos da Lei remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, uma vez que não tive tempo para efetuar a análise que me permita aferir a necessidade desta revisão, mas da explicação dada, claramente revela a falta de rigor na elaboração do orçamento inicial e execução ao longo do ano, e que a alteração proposta irá contribuir para o agravamento do défice desta câmara.” -----

-----**ASSUNTO: CONTAS SEMESTRAIS 2012** -----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2966, datada de 14/09/2012, que se anexa a esta ata (**anexo II**), remetendo o balanço e a demonstração de resultados semestrais do Município de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o Relatório do Auditor Externo, sobre a Informação Financeira do 1.º Semestre de 2012, foi enviado para análise em documento “*Draft*”. Verifica-se que no 1.º semestre a autarquia tem feito um esforço no sentido da recuperação, diminuindo a despesa. Considerando o mapa referente à execução da despesa, verificou-se uma aproximação à execução da totalidade das outras despesas de capital, seguindo-se as transferências de subsídios com um grau de execução orçamental de, respetivamente, 99,7% e 84,87%. No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 37%. A aquisição de bens e serviços, também apresenta um grau de execução orçamental baixo, uma vez que as despesas pagas representam cerca de 16% dos compromissos assumidos. Na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente, pela receita corrente foi de 93%, quando em igual período do ano anterior havia sido de 96%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 32% pelas receitas correntes, quando no ano anterior aquela relação era de 35%. Disse que a autarquia, face à Lei dos Compromissos, ficou limitada na aquisição de materiais. -----

-----Deu conhecimento de que a autarquia irá recorrer ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), Programa I, o qual tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na DGAL, como é o caso da dívida da Variante. À conjuntura atual, acrescem ainda as medidas que o Governo está a impor para as Empresas Municipais. Relativamente à EMCEL, disse que a mesma tem vindo a recuperar muito lentamente, representando ainda algum peso para a autarquia, uma vez que, a subsídio dependência tem-se mantido na ordem dos 50%. Segundo parecer do ROC, no ponto 8 consta o seguinte: “Nos termos do artigo 62.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, a Empresa Municipal EMCEL deverá ser objeto de dissolução...”. O Senhor Vereador disse que considera esta afirmação excessiva. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber quando será disponibilizado aos Vereadores, o estudo de reequilíbrio financeiro encomendado e pago por esta Câmara Municipal há mais de um ano.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que o estudo de reequilíbrio financeiro ainda não está concluído, devido às definições e orientações do Governo, que têm levado à retificação do mesmo, daí não ter sido entregue. No entanto, a sua elaboração está em fase final e será disponibilizado até ao final deste mês. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar as contas semestrais de 2012 da Câmara Municipal.**-----

-----**Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, não pondo em causa os documentos contabilísticos apresentados, mas mais uma vez ficou provado, que este Executivo considera que apresentar dados e decisões em cima do joelho é o caminho.-----

-----O documento técnico (reequilíbrio financeiro) deveria ser apresentado e analisado por todos. Parece-me que vai ser apresentado como uma imposição. Não me parece que esta seja a forma de liderar um município.” -----

-----**ASSUNTO: TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2013**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2967, datada de 14/09/2012, que se apensa a esta ata (**anexo III**), a fim de ser dado cumprimento ao estipulado na alínea

f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Setembro, uma proposta, para a fixação da taxa do IMI, para o ano 2013, com os seguintes quocientes: -----

-----Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,4% a 0,7% e Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,2% a 0,4%.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, estabelecer uma taxa de 0,8% para prédios rústicos; de 0,7% para prédios urbanos e de 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para o ano de 2013.** -----

-----**Foi ainda deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal, os valores em referência de acordo com o estipulado na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: BENEFÍCIOS RELATIVOS À INTERIORIDADE – IMT** ---

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2968, datada de 14/09/2012, que se anexa a esta ata (**anexo IV**), referindo que de acordo com o n.º 3, do artigo 43.º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, ficam isentas de pagamento de IMT as aquisições por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, de prédio ou fração autónoma de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente à primeira habitação própria, desde que o valor sobre o qual iria incidir o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%, e de prédios ou frações autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afetos duradouramente à atividade das empresas.-----

-----Mais informa, que estas isenções ficam dependentes de autorização do órgão deliberativo conforme n.º 5, do artigo 43.º dos EBF.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, isentar do imposto municipal sobre as tramitações onerosas de imóveis (IMT) as aquisições constantes do n.º 3, do artigo 43.º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme o n.º 5 do artigo 43.º, dos EBF.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2969, datada de 14/09/2012, que se anexa a esta ata (**anexo V**), dando conhecimento de que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), surgiu com a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, tendo sido deliberado a sua implementação no ano de 2007.-----

-----Mais informa que, para que esta taxa seja cobrada no ano de 2013, é necessária deliberação da Câmara e Assembleia Municipal até ao fim do mês de dezembro para fixar o percentual, não podendo ultrapassar os 0,25%.-----

-----Face ao exposto, o Senhor Vice-Presidente propôs que seja implementada a taxa de 0,25%, no Município de Celorico da Beira, para o ano de 2013.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação e aprovação do percentual de 0,25%, relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2013, nos termos do proposto, ao abrigo da alínea e), n.º 2, do art.º 53.º, da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: APLICAÇÃO DE DERRAMA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2970, datada de 14/09/2012, que se anexa a esta ata (**anexo VI**), referindo que de acordo com o artigo 14.º, da Lei das Finanças Locais, os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o IRC. Também e de acordo com o n.º 4, do mesmo artigo, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000€. Atualmente, o Município não cobra derrama, no entanto, de acordo com a alínea h), do n.º 1, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, nos planos de reequilíbrio financeiro tem que estar previsto o lançamento da derrama pelo seu limite máximo de 1,5%, nos termos do n.º 14.º, da LFL.-----

-----Informam ainda, que o n.º 2, do art.º 6.º, da Lei 43/2012, que regulamenta a adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local, também para o art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, pelo que deverá o Executivo propor à Assembleia o lançamento da taxa máxima da derrama para 2013. -----

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, e para os efeitos previstos na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, do mesmo diploma, a Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2013.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, porque apesar de considerar que é inevitável, entendo que deveria ser noutra fase do processo. Penso que não há qualquer

justificação para que estas medidas não fossem apresentadas, após a apresentação do PAEL.” -----

-----**2. SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS**-----

-----**ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação da Secção Administrativa, com o registo interno n.º 7755, datada de 20/08/2012, dando conhecimento de que tendo terminado o prazo de discussão pública do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Celorico da Beira, que se apensa a esta ata (**anexo VII**), foi apresentada uma proposta de alteração, devendo ser remetido para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, na sua atual redação.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar as alterações propostas, do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Celorico da Beira e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua atual redação.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**3. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PAA - CONTRATO PROGRAMA**-----

-----**Requerente: Associação de Solidariedade de Cadafaz**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Ação Social, com o registo interno n.º 2976, datada de 14/09/2012, referindo que no âmbito do

PAA, entrou na autarquia uma candidatura da Associação de Solidariedade do Cadafaz para realização da XIII Descida em Carrinhos de Rolamentos. Nesta sequência foi presente minuta de contrato-programa a celebrar entre a referida Associação e o Município de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o contrato-programa a celebrar entre a Associação de Solidariedade do Cadafaz e o Município de Celorico da Beira, nos termos do PAA, cujo apoio financeiro será no montante de 1000€.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - PASSES ESCOLARES**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com o registo interno n.º 2973, datada de 14/09/2003, referindo que foi solicitado ao Município de Celorico da Beira, auxílio económico para comparticipar o pagamento de passes escolares dos alunos: Valentino Pires, que frequenta o 10.º ano e Filipa Manuel Andrade Osório, que frequenta o 7.º ano. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, isentar de passe escolar a aluna Filipa Manuel Andrade Osório e isentar de 50% de passe escolar o aluno Valentino Pires.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PASSES ESCOLARES - ALUNOS DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA GUARDA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com o registo interno n.º 2975, datada de 14/09/2012, referindo que foi efetuado o pedido de encarregados de educação para o transporte escolar das suas educandas, Celorico da Beira – Guarda, matriculadas no ensino secundário nos estabelecimentos de ensino da Guarda, por não existir a área de

estudo pretendida no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira (Artes Visuais e Ciências Socioeconómicas). -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, isentar de 50% de passe escolar as alunas: Márcia Andreia Rebelo Diogo, Patrícia Caçador Fonseca e Vera Catarina Lopes Cruz, matriculadas no ensino secundário da Guarda.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**EMCEL - RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta ata (**anexo VIII**), para análise e apreciação do Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que ao nível dos gastos com pessoal, a EMCEL teve uma diminuição em relação ao período homólogo de 25,3%. Referiu que a nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, verificou-se um decréscimo de 23,2% em relação ao período homólogo. Disse que a nível do subsídio à exploração, a EMCEL no período em análise, usufruiu de menos 14,2%. Deu conhecimento da redução de dívida aos fornecedores. Em matéria de atividades tem-se assistido à manutenção e crescimento do Solar do Queijo e a um decréscimo no Lagar Municipal, devido às regras de mercado estabelecidas atualmente. -----

-----Disse que o montante de subsídios à exploração assumiu um papel muito pesado até 2004, tendo obtido resultados operacionais e resultados líquidos negativos, tendo havido também uma incrementação grande na admissão de pessoal. Após 2007 e segundo média dos últimos quatro anos, os resultados operacionais e os resultados líquidos foram positivos, sendo que, neste momento a taxa de subsídio dependência é de 50%. Existem porém outros indicadores que são um peso pesado para a

empresa, ou seja, os custos a nível de pessoal, que ultrapassam os 50%. O atual Governo pretende o encerramento destas Empresas, no entanto, considera que o Executivo deve lutar pela sua manutenção, uma vez que estão em causa postos de trabalho e também porque esta empresa tem um papel muito importante para o Concelho, pela divulgação e comercialização dos seus produtos endógenos. Deu conhecimento de que 2012 é o ano em que a atribuição de subsídios à exploração é mais baixa, devido à Lei da Assunção dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Referiu também, que os subsídios à exploração atribuídos à EMCEL no passado, não eram pagos na íntegra, sendo que, tanto a Câmara Municipal como a EMCEL, nunca fizeram referência contabilística desta situação.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o Relatório e Contas do 1.º Semestre da Emcel. Mais foi deliberado submeter este assunto à Assembleia Municipal para conhecimento.**----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**RECONHECIMENTO DE INTERESSE DE INVESTIMENTO RELEVANTE PARA A REGIÃO**-----

-----**Nome: Vale da Prata-Agroturismo, Lda.** -----

-----Foi presente informação técnica, com o registo interno n.º 2595, datada de 2/8/2012, referindo que relativamente ao assunto em epígrafe, requerimento com registo interno n.º 4864, datado de 17 de maio de 2012, informam que, atendendo à dimensão e relevância no setor turístico do Concelho dos projetos propostos (alguns deles de execução faseada) pelo requerente, a criação de postos de trabalho, a iniciativa inovadora das infraestruturas propostas, tais como Ecoresort aliado ao Turismo em Espaço Rural – Agroturismo, Hotel Rural e Centro Equestre, parece-lhes ser pertinente a pretensão do requerente ao reconhecimento de interesse de investimento relevante para a região. -----

-----Contudo, parece que deverá o pedido ser objeto de análise e aprovação por parte do executivo municipal, tendo em conta as estratégias e definições no sector turístico e agrícola, previstos e/ou delineados pelo Município de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, reconhecer como interesse de investimento relevante para o concelho, o projeto EcoResort “Biosentidos” promovido pela empresa Vale da Prata-Agroturismo, Lda.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi entregue Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil, para conhecimento e análise dos Senhores Vereadores, devendo o mesmo ser agendado na próxima reunião de câmara. -----

-----**ACORDO DE DIVULGAÇÃO E RECOMENDAÇÃO MÚTUA ENTRE A CP E O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente minuta do Acordo de Divulgação e Recomendação Mútua a realizar entre a CP e o Município de Celorico da Beira, que tem por objetivo a regulação das condições e obrigações das partes outorgantes relativamente à divulgação e recomendação mútua dos serviços de cada uma delas junto dos respetivos públicos.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** fica satisfeito sempre que a Câmara Municipal colabora com outras entidades, no entanto, e relativamente a este Acordo, considera que deveria ter sido assegurado no âmbito do protocolo, a manutenção e conservação dos postos de venda, uma vez que se encontram degradados. Disse também, que o executivo

deveria exigir o comprometimento por parte da CP, na manutenção da paragem do Intercidades em Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** deu conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara já havia estabelecido alguns acordos com a CP, nomeadamente a recuperação do edifício, que é da responsabilidade da Refer. Neste processo negocial, foi proposto que a fachada que está virada para a linha de comboio, tenha um painel microperfurado, com imagens alusivas ao concelho de Celorico da Beira, proposta que será analisada pela CP.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a minuta do Acordo de Divulgação e Recomendação Mútua entre a CP e o Município de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS CP ASSEGURADOS PELA EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE – MEMORANDO**-----

-----Foi presente Memorando da CP, relativamente à venda de produtos e serviços CP assegurados pela Empresa Municipal Celoricense – EMCEL.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a EMCEL assegurará a venda de produtos e serviços CP, na bilheteira da CP da estação de Celorico da Beira e na Central de Camionagem, garantindo a adequada divulgação e promoção dos produtos da empresa e a prestação continuada de um serviço de qualidade no relacionamento com o cliente. A EMCEL terá de garantir a venda nacional; assegurar informações aos clientes CP, como (preços, horários, produtos, entre outros). Nos postos de venda a assegurar pela Empresa Municipal deverá ser disponibilizada a informação relativa aos produtos CP nos seguintes suportes: porta folhetos a disponibilizar pela CP; suportes que possam ser cedidos à CP para

exposição das peças de comunicação em vigor, devendo os mesmos garantir a salvaguarda da boa imagem da CP; na Central de Camionagem, será também colocado o logótipo CP em locais visíveis ao público, identificando a venda CP.-----

-----A formação do pessoal dos Postos de Venda protocolados e todo o apoio e supervisão necessários ao funcionamento dos mesmos serão assegurados pela CP, por pessoal devidamente habilitado. A CP e a Empresa Municipal Celoricense devem nomear os respetivos representantes locais, responsáveis pelo desempenho do serviço, funcionando em estreita colaboração.-----

-----Referindo-se às contrapartidas, disse que pela prestação deste serviço a CP pagará à Empresa Municipal Celoricense uma comissão de 5% sobre o valor das vendas. Sendo calculado sobre o montante de vendas efetuado em venda de balcão e via MB. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o memorando relativamente à venda de produtos e serviços CP assegurados pela Empresa Municipal Celoricense – EMCEL.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PEDIDO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**O Executivo deliberou, por unanimidade, que fosse solicitada a convocação da Assembleia Municipal, para uma Sessão Extraordinária nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 50.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, para o dia 3 de outubro de 2012.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:45h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----

